

DIVERSIDADE E INCLUSÃO: UM OLHAR PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Dayane Ribeiro Campos¹ Estudante (IC)* Bolsista do Programa Institucional de Bolsa Científica BIC/UEG. E-mail: dayaneribecampos@yahoo.com.br; **Marlene Barbosa de Freitas Reis²** Pesquisador (PQ), PPG-IELT
Av. Araguaia, 400 - Vila Lucimar, Inhumas - GO, 75400-000

Resumo: O presente trabalho aborda a questão das políticas públicas para diversidade a fim de verificar como elas têm repercutido no processo de inclusão da rede regular de ensino da cidade de Inhumas. Tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a política educacional referente ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinado às pessoas com deficiência matriculadas em escolas regulares, bem como identificar a compreensão que os professores das salas comuns têm deste ambiente educativo. O projeto que deu origem a esse trabalho tem como objetivos: ler e catalogar os referenciais teóricos necessários para levantamento de dados e desenvolvimento do projeto de pesquisa contribuir para a análise dos dados coletados e; identificar quais são as formas e as atividades desenvolvidas com os alunos que constituem o público-alvo da educação especial, nas Salas de Recursos Multifuncionais (AEE). Os discursos relacionados às políticas de inclusão propõem contemplar alunos com necessidades educacionais especiais na escola, uma educação de respeito às diferenças e valorização de suas habilidades. Como resultados, visualizamos tentativas de implementação de políticas propositivas de mudança social e educacional visando a efetivação, na prática, dessas políticas tão almejadas pelas instituições escolares. As reflexões advindas desse trabalho apontam para a necessidade de se pensar uma nova perspectiva de comportamento social-educativo e de práticas pedagógicas que valorizem a alteridade.

Palavras-Chave: Alteridade. Políticas Educacionais. Salas de Recursos Multifuncionais.

Introdução

Ao vincular-se à pesquisa “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental”, desenvolvida na UEG Câmpus Inhumas pela Professora Dr^a. Marlene Barbosa de Freitas Reis, o presente plano de estudo pretendeu abordar o tema sobre as políticas públicas na diversidade, na perspectiva de verificar se existe a inclusão na rede regular do ensino público, ressaltando a importância do professor como um agente fundamental no processo de inclusão. Para tanto, no decorrer deste trabalho, abordaremos o tema inclusão, a importância da escola, e o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A pesquisa teve por objetivos levantar e catalogar os referenciais teóricos que nortearam o desenvolvimento do projeto, identificar quais são as atividades desenvolvidas com os alunos que constituem o público alvo da Educação especial nas salas de recursos multifuncionais.

Nesse sentido, busca-se compreender como as atividades desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais contribuem com o processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial.

A escola tem um papel fundamental no processo de educação e socialização das novas gerações. Por conseguinte, representa um espaço privilegiado para discussão, reflexão e promoção da diversidade. Pensar a escola num viés humanizante e libertador na perspectiva da diversidade é certificar-se de que a inclusão se legitima a partir das necessidades de que todos, sem discriminação, devem ser incluídos na escola regular independente da sua condição orgânica, afetiva, socioeconômica ou cultural. A diversidade não se reporta, apenas, ao aluno com deficiência, mas todos os indivíduos sem distinção.

A escola pública, criada a partir dos ideais da Revolução Francesa como veículo de inclusão e ascensão social, vem sendo em nosso país inexoravelmente um espaço de exclusão – não só dos deficientes, mas de todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão imaginário do aluno “normal”. As classes especiais, por sua vez, se tornaram verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar (GLAT, 2000, p.18).

Novas práticas pedagógicas proporcionam benefícios escolares para que todos os alunos possam alcançar os mais elevados níveis de ensino, independência, atendendo às diferenças, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na pluralidade, rompendo barreiras e construindo caminhos diferentes para uma educação inclusiva. Como ressalta Paulo Freire (1996), é inexistente a ideia de alguns de ter mais sabedoria do que outros, pois cada um compreende e aprende de uma forma diferente.

Vale salientar, porém, que Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma comum como um meio de interação para desenvolvimento de sua sociabilização. A escola só pode ser considerada inclusiva quando pode possibilitar ao aluno a sua permanência na instituição com “sucesso acadêmico”, e, isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

A inclusão, portanto, não é algo de que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania: uma

compreensão de que todos os seres humanos são humanos sem distinção (LIMA, 2006, p.63).

Para Sassaki (1997, p. 41), “incluir é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. O ensino, portanto, deve integrar-se às necessidades do aluno ao contrário de buscar a adaptação do educando a paradigmas preconcebidos a respeito do ritmo e da natureza dos processos de aprendizagem.

A educação inclusiva, enquanto conceito e asserção institucional, obteve avanços significativos ao longo dos anos 1990 do século XX, provocados por dois movimentos significativos, a saber: a Conferência Mundial de Educação para Todos, que ocorreu em Jomtiem, Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, de onde se originou o documento “Declaração de Salamanca”.

A Declaração de Salamanca, segundo Reis (2006), é um documento imprescindível na esfera da Educação especial, uma vez que conduziu as diretrizes básicas para a concepção e reforma de políticas e sistemas educacionais para incluir crianças com deficiências em escolas regulares. Elucidou-se, na ocasião, a filosofia e o desempenho da inclusão, o que consolidou-se em um comprometimento da maior parte dos governos para trabalhar a educação inclusiva.

Sendo assim, a proposta de educação inclusiva principiou sob a seguinte convicção:

[...] todas as escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalização (REIS, 2006, p.30).

As diversas abordagens e questões relacionadas às políticas públicas se adentram em amplas circunstâncias de complexidade. Simultaneamente, a estas considerações estão presentes as políticas educacionais de educação especial na perspectiva inclusiva. O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

É imprescindível esclarecer sobre o fato de que a diferenciação como pilar na deficiência, elucida a discriminação como:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo, ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (MANTOAN, 2015, p. 41).

Primeiramente, cabe salientar que não basta a constituição de uma política pública ser bem estabelecida, com conteúdo satisfatório, idealizado, pois o importante e imprescindível é trabalhar para que a política pública transcorra, abrangendo de forma efetiva o modo de desenvoltura e aprendizagem do primordial sujeito do âmbito educacional: o aluno.

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum (MEC, 2009). Deve ser realizado no período inverso ao da classe frequentada pelo aluno, e, preferencialmente, na própria escola. Verificamos, através dos relatos feitos, que nem sempre as crianças são atendidas no período inverso ao da classe regular. De acordo com a professora da escola 1:

Se fosse para atender no contra turno como é a proposta do AEE, eu acho que não atenderia, mas como nós optamos por atender no mesmo horário que eles estão dentro da escola, aí a gente consegue fazer um bom trabalho. (Professora 1, 10 de novembro de 2016)

Nas escolas de ensino regular, o AEE deve acontecer em salas de recursos multifuncionais, que devem ser espaços organizados com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário a estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (MEC, 2007). Neste sentido, consideramos o AEE oferecido na Sala de Recursos Multifuncionais um importante elemento no processo de aprendizagem do aluno com deficiência na sala de ensino regular.

Para alcançar os objetivos da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), os profissionais e as instituições de ensino devem atuar de forma colaborativa para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo

e a sua interação no grupo. Durante a sua execução é essencial que sejam disponibilizados “serviços, recursos de acessibilidade e estratégias” (BRASIL, 2009, p. 1) facilitadores da participação e da aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial.

O Decreto nº 7611/2011, (art. 1º, § 2º), define que o Atendimento Educacional Especializado será prestado das seguintes formas

- I complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou
- II suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, p. 1-2)

Atualmente, os debates e estudos epistemológicos estão tendo como categoria central a diversidade, e, nesse sentido, alguns esforços vêm ganhando corpo para que as questões como respeito às diferenças ocorram em todos os ambientes sociais. Para isso, é preciso que todas as especificidades que compõem o tema sejam consideradas. Desse modo, a escola surge como uma instituição importante para a disseminação de conceitos que valorizem a troca de experiências e a luta pelo direito e reconhecimento das diferenças.

De acordo com Reis (2013), a diversidade não se refere aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas sim, a todos que possuam alguma dificuldade para aprender, o que consolida a proposta de uma educação para “todos” e não para “alguns”.

Refletir sobre a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular nos leva a repensar o vínculo entre a formação de professores e as atuais práticas pedagógicas. A partir dos resultados das entrevistas das escolas investigadas neste estudo, foi possível refletir sobre o olhar do professor, suas perspectivas e preparação para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência em sala de aula regular. As afirmações “o aluno especial está aqui somente para socializar” (Diretora 3) ou “trabalhar com inclusão é muito difícil” se mostraram falas muito comuns durante as entrevistas com os profissionais da educação. Sobre estas percepções, Mittler (2000, p. 36) nos mostra que

Isso acontece, em parte, devido à falta de oportunidades de treinamento e, em parte, ao mito existente há muito tempo acerca da

especialização das necessidades especiais que os fazem acreditarem que a capacitação especializada é um requisito para a inclusão.

Ainda de acordo com o autor, “essa tarefa não é tão difícil quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já tem muito do conhecimento e das habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva, o que lhes falta é a confiança em sua própria competência” (MITLER, 2000, p. 37).

Considerando o contexto escolar, é necessário deixar de lado atitudes individualizadas e avançar em um trabalho conjunto, como se destaca na fala de uma professora especializada: “tem que ter toda uma equipe junta, professor regente, professor de apoio, e professor de AEE e coordenadora pedagógica, igual nós temos aqui, uma equipe que a gente trabalha” (Professora 2, 05 de abril de 2017). Nesse sentido, notamos uma ação colaborativa entre os profissionais que trabalham no ensino especial, mas ainda precisamos avançar para que essa realidade aconteça no ensino regular.

Para trabalhar na perspectiva inclusiva é preciso além de aceitar as diferenças adequar o ensino às necessidades individuais e, para tanto, parte do professor e das instituições de ensino um posicionamento de como lidar com as diferenças nas salas de aula. Fátima Denari (2006, p.35) considera que diante do descompasso constatado entre a formação inicial de professores e a prática da inclusão, agentes legais e acadêmicos, são obrigados a realizar ajustes curriculares, nas diferentes diretrizes, mas com foco na educação inclusiva. O objetivo destes ajustes proporciona aos futuros profissionais da educação elementos teóricos, técnicos e metodológicos para que seja possível desenvolver uma prática pedagógica com êxito. Em consonância com essa afirmativa, está a fala da professora 2, que relata que sua formação é essencial em seu trabalho: “Ajuda muito porque se não tivesse essa formação, talvez não teria condições de lidar com um aluno autista”.

Nesse sentido, consideramos que o AEE realizado na sala de recursos multifuncionais constitui um elemento importante para os avanços na aprendizagem do aluno público-alvo da Educação Especial na sala de ensino regular. Para que isso seja possível, os professores dessas salas devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo.

Material e Métodos

A metodologia utilizada na pesquisa configura-se como qualitativa e tem como base o levantamento bibliográfico de autores e documentos que abordam o tema. Para fundamentar a pesquisa, utilizamos alguns autores que se ocupam dessa temática, tais como: Reis (2006), Lima (2006), Mantoan (2015), Braun (2016), Mittler (2000), dentre outros. A pesquisa empírica foi desenvolvida, por meio de observações e entrevistas almejando identificar dados da realidade vivenciada no Atendimento Educacional Especializado da rede municipal de ensino de Inhumas.

Posteriormente, foram realizadas as observações *in loco* nas escolas selecionadas, buscando conhecer os comportamentos e a prática pedagógica do professor, verificando se as recomendações das políticas públicas são cumpridas no que se refere à implementação de uma Educação Inclusiva. Também foram utilizados questionários abertos para compreender o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais, bem como para apreender as percepções dos profissionais a respeito da inclusão escolar e do trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais.

Na etapa final, foi realizada a análise e interpretação dos dados coletados. A análise de dados seguirá a abordagem qualitativa, o que significa, de acordo com Ludke e André (1986, p.45), “trabalhar com todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises dos documentos e as demais informações disponíveis”.

Resultados e Discussão

A participação na pesquisa “Os Reflexos das Políticas de Diversidade e Inclusão na Rede Regular de Ensino Fundamental” contribuiu para a ampliação dos nossos conhecimentos científicos. Este estudo foi de relevância no aprendizado sobre os avanços ocorridos nas políticas públicas voltadas para a inclusão, mostrando seu desenvolvimento e sua trajetória histórica. E, ainda, por ser mais um instrumento de reflexão para gestores, educadores e profissionais interessados em construir uma educação que leva em conta as diferenças individuais e os diferentes perfis intelectuais. O contexto educacional está inserido em antíteses e controvérsias

que percorrem o cenário público e cultural da sociedade contemporânea. Deste modo, a educação carece ser refletida e articulada baseando-se em olhares que tencionam problematizar os espaços de construção das reflexões educacionais que vêm se modificando legitimamente e conquistando seu espaço na sociedade.

É importante salientar que a pesquisa foi realizada por um ano: segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017.

Uma importante iniciativa da coordenação do projeto, foi a criação de um grupo de estudo, que teve início em agosto, intitulado “Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Inclusão” - GEPEDI, para discussão, reflexões e resenhas de textos sugeridos pela orientadora, durante as reuniões semanais.

Para a ampliação e enriquecimento de nossos conhecimentos, houve a participação em simpósios com apresentação de trabalhos na forma de relato oral, publicado nos anais de evento, publicação em uma importante revista científica. Subsequentemente, houve a participação na organização no I Seminário de Educação Inclusiva (SEEI) da UEG Câmpus Inhumas. Essa iniciativa tem o intuito de alavancar o fortalecimento e a proposição de práticas educacionais inclusivas na formação do pedagogo e nas práticas escolares da rede regular de ensino.

De acordo com o cronograma de atividades, a partir do mês de outubro, foi desenvolvida a pesquisa empírica, no qual foi realizado um levantamento de dados na Secretaria de Educação do município de Inhumas, das escolas que possuem Salas de Recursos Multifuncionais em funcionamento, no total são cinco escolas, de acordo com as informações coletadas nas observações.

As observações nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), foram realizadas, buscando conhecer o comportamento e a prática pedagógica dos professores das salas de recursos multifuncionais, no qual verificamos se as recomendações das políticas públicas são realmente cumpridas no que se refere a implementação de uma Educação Inclusiva.

Neste estudo, vimos que é necessário buscar maneiras de formar profissionais qualificados que participem do processo educativo de forma ativa, bem como capazes de articular e refletir sobre os problemas sociais que envolvem o ambiente escolar, analisando-os e procurando soluções para os mesmos. O exercício dessa educação inclusiva requer que as escolas tenham a liberdade de elaborar e modificar os seus currículos visando atender seus educandos de acordo com as necessidades apontadas pelos mesmos no cotidiano escolar.

Finalmente, vale enfatizar que, em conformidade com o cronograma as atividades propostas durante o período da pesquisa, todas as ações foram concluídas com êxito.

Considerações Finais

Em conformidade com os resultados alcançados, foi possível chegar a algumas considerações. Independentemente de todos os debates na esfera política, é necessário levar em consideração que não é suficiente inserir alunos com necessidades especiais no ensino comum, é imprescindível que haja estrutura adequada e um meio de interação para o desenvolvimento de sua sociabilização. A escola só pode ser considerada inclusiva quando pode possibilitar ao aluno a sua permanência e interação na instituição com “sucesso acadêmico”, e, isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. Em consonância com os apontamentos de Lima (2006, p.63), reafirmamos que “inclusão é um processo de transformação contínuo, que deve ser consciente e que deve começar pela transformação em nós, para emanarmos para os outros, através de nossas ações concretas, éticas e conscientes”.

Partindo dessa premissa, a escola precisa compreender o real sentido da inclusão, abarcando todos os indivíduos e suas diferenças, considerando que a diferença é uma característica humana. Durante a pesquisa foi possível perceber que apesar das escolas terem as salas de recursos multifuncionais, ainda há muito a ser desenvolvido. Algumas escolas estão no caminho certo, já outras precisam rever seus conhecimentos acerca do conceito de inclusão, do funcionamento das salas de recursos multifuncionais, do trabalho colaborativo, além da participação dos familiares no trabalho realizado pela escola. Assim, pode ser possível construir práticas e alternativas que incentivem as instituições escolares a reestruturar suas dinâmicas e receber todos os alunos, de forma indistinta.

Vale enfatizar que são promissores os discursos presentes nas políticas educacionais inclusivas. Houveram avanços, como o elevado número de matrículas na rede de ensino regular de alunos com necessidades educacionais especiais, o que é significativo, porém permanecemos em dados quantitativos. As reflexões advindas desse trabalho apontam para a necessidade de se pensar uma nova perspectiva de comportamento social-educativo e de práticas pedagógicas que valorizem a alteridade. O desafio é grande, porém, quando todos os envolvidos

estão voltados para o mesmo objetivo o sucesso poderá ser facilmente alcançado. Portanto, acreditamos que a postura do Poder Público e da comunidade escolar deve ser revista, pois necessita de transformações para que a inclusão aconteça de maneira contínua, consciente e concreta para existir uma revolução a favor de uma sociedade das diferenças.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Estadual de Goiás pela oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica e ressaltamos a importância da bolsa BIC - Bolsa de Iniciação Científica, quota institucional da Universidade Estadual de Goiás (UEG); para nossa formação acadêmica. Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível ampliar os nossos horizontes, e desenvolver o nosso senso crítico, consistindo em um período de amadurecimento acadêmico e grande aprendizado. Agradeço a professora Marlene Barbosa de Freitas Reis, minha orientadora, por toda dedicação, por seus valiosos ensinamentos, respeito, paciência e sua permanente disponibilidade durante o período da pesquisa. Muito obrigada!

Referências

BRASIL. MEC. UNESCO (Espanha). **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto alegre: Artmed, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 acesso em: 11/09/2016.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Descubra, 2006.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013

SASSAKI, R.K. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro:
WVA, 1997.